

Ensino de jornalismo e cidadania: reflexões sobre uma disciplina prática¹

*Cláudia Regina Lahni
Aline Maia*

Introdução

Na atualidade, o avanço das tecnologias de informação tem produzido novas ordens sociais e comportamentos culturais. Em uma sociedade basicamente caracterizada pela capacidade discursiva das pessoas e das instituições, o acesso à realidade ocorre, prioritariamente, via meios de comunicação. Neste cenário, como parte da comunicação em suas várias possibilidades, a atividade jornalística assume posição central no processo de construção do real, tornando-se ferramenta fundamental para que as pessoas se localizem no mundo, instrumento indispensável para o exercício da cidadania, esta, entendida como exercício e luta pela manutenção e ampliação de direitos.

Sob este parâmetro, a proposta deste artigo é refletir sobre o ensino de jornalismo e a cidadania, tomando como objeto de reflexão a experiência das autoras no curso de Comunicação/Jornalismo da Universidade Federal de Juiz de Fora, onde ministraram juntas, por dois semestres (2012.1 e 2012.2)², a disciplina Técnica de Produção em Jornalismo Impresso. Trata-se de uma disciplina prática, que tem como resultado a produção laboratorial de jornal impresso e jornal mural.

Temática pertinente a este debate, também destacamos alguns pontos referentes às novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para os cursos

de Jornalismo, homologadas pelo ministro da Educação, Aluizio Mercadante, conforme publicação do Diário Oficial da União, em 12 de setembro de 2013. As novas DCNs para os cursos de Jornalismo foram formuladas a partir de processo de debate que tem como marco o Seminário Nacional de Diretrizes Curriculares de Ensino de Jornalismo, realizado na PUC-Campinas, em 1999³.

Quase uma década depois, o MEC constituiu uma Comissão de Especialistas para estudar e apresentar sugestões para compor as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Jornalismo. Instituída pela Portaria MEC Nº 203/2009, de 12 de fevereiro de 2009, a Comissão foi composta por José Marques de Melo (presidente), Alfredo Vizeu, Carlos Chaparro, Eduardo Meditsch, Luiz Gonzaga Motta, Lucia Araújo, Sérgio Mattos e Sonia Virginia Moreira. Em seus estudos, a Comissão realizou três audiências públicas – no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Recife – e recebeu sugestões encaminhadas por meio de consulta pública que ficou disponível no Portal do MEC. Em audiência realizada em Brasília, no dia 18 de setembro de 2009, o então ministro Fernando Haddad recebeu o relatório final dos trabalhos realizados pela Comissão de Especialistas em Ensino de Jornalismo. Na ocasião, anunciou que encaminharia o documento para apreciação do Conselho Nacional de Educação (CNE), antes de promulgar o ato para fixar as novas diretrizes curriculares para o Curso de Jornalismo.

Em 2010, houve manifestação formal da SBPJor (Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo) sobre as novas diretrizes. Em maio de 2013, o CNE apresentou seu parecer às novas Diretrizes Curriculares Nacionais de Jornalismo e, em junho de 2013, as entidades SBPJor, FNPJ (Fórum Nacional de Professores de Jornalismo) e Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas) assinaram e dirigiram ao Ministro da Educação, Aluizio Mercadante, uma Carta Pública em prol da homologação das DCNs de Jornalismo (www.sbpjor.org.br). Concluindo o processo iniciado em 2009, que apresenta preocupações debatidas em 1999, as DCNs de Jornalismo foram homologadas em 12 de setembro de 2013. Os cursos de Jornalismo passam agora a ser regidos pelas novas Diretrizes Curriculares.

Jornalismo e cidadania

Segundo Manzini-Covre (2001), a prática da cidadania perpassa a garantia de direitos civis, sociais e políticos. Paralelamente, os meios de comunicação atuam como ferramentas “fundamentais para a formação da opinião pública no mundo atual” (Manzini-Covre, 2001: 30), com a capacidade de reforçar

ou de abalar a cidadania mediante as mensagens que veiculam. Norberto Bobbio (1992) também destaca a importância da informação para o exercício de direitos e para a democracia.

Refletindo especificamente sobre a informação jornalística, nos deparamos com a possibilidade de implementação de “um direito que assegura outros direitos, confere condições de igualização de sujeitos e oferece visibilidade ao poder e ao mundo” (Gentili, 1995: 158). Já na pré-história encontramos indícios da atividade jornalística e sua tendência cidadã de informação e serviço. Quando o ser humano reunia-se com outros para anunciar a aproximação de inimigos e de temporais, para contar histórias, etc., já estava fazendo jornalismo, ou seja, estava orientando, informando e entretendo.

Para Victor Gentili (1995), é inquestionável que a informação é uma necessidade social. Em uma sociedade onde o acesso à realidade ocorre prioritariamente via meios de comunicação, o jornalismo, como um processo de reconstrução da realidade, é fundamental e indispensável para a vida do indivíduo moderno:

(...) para que ele se localize no mundo, em seu país, em sua cidade, situe-se diante do conjunto de circunstâncias que o cerca, organize sua vida a partir do conhecimento do volume de oportunidades que lhe são oferecidas, tome suas decisões e faça suas escolhas a respeito dos assuntos que lhe interessem (Gentili, 1995: 199).

A sociedade necessita de “um jornalismo que ofereça aquelas informações que o cidadão tem o direito de receber para que possa exercer plenamente todos os seus direitos” (Gentili, 1995: 24). É importante destacar que haverá cidadãos mais informados na medida em que maior for o número de jornais, bem como, especialmente, mais plurais. Assim, o direito à informação jornalística deve ser pensado como um direito de todos, sendo os conteúdos veiculados em quantidade e qualidade de modo a favorecer o melhor julgamento possível de cada um.

Nos meios de comunicação – no que incluímos tanto os massivos como os alternativos (embora, neste momento, refletindo principalmente sobre a chamada grande imprensa) – as pessoas têm especial acesso à informação, direito previsto na Constituição Brasileira. No Artigo 5º do Capítulo I da Carta Magna, está estabelecido: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza (...) I- homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações

(...); XIV- é assegurado a todos o acesso à informação” (Constituição, 1988).

Por sua vez, assinada por países do mundo inteiro, incluindo o Brasil, aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 10 de dezembro de 1948 e, portanto, prestes a completar 65 anos, a Declaração Universal dos Direitos Humanos estabelece o direito à informação e caminha no sentido estabelecer o direito à comunicação⁴. Além de em seu preâmbulo reafirmar o valor da pessoa humana e a igualdade de direitos de homens e mulheres, em seu Artigo XIX, a Declaração Universal dos Direitos Humanos estabelece que “todo homem tem direito à liberdade de opinião e expressão. Este direito inclui a liberdade de, sem interferências, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras” (apud Dallari, 1998).

Assim, como mencionamos, dada a importância da informação na vida em sociedade, esta é considerada um direito porta a outros direitos e, portanto, fundamental para o exercício da cidadania. Afinal, se alguém não tem informações sobre seus direitos como vai buscá-los? Cidadania é aqui considerada como o exercício de direitos – civis, políticos e sociais –, luta pela manutenção e ampliação desses direitos (Manzini-Covre, 1995).

Para a importância do direito à informação corresponde a importância do dever de informar, de forma ética e com responsabilidade social. Este dever cabe aos jornalistas e às empresas de jornalismo. Quanto aos profissionais, no sentido da responsabilidade mencionada, a atividade é regida pelo Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, atualizado em Congresso Extraordinário realizado em Vitória (ES), em agosto de 2007, com aprovação de delegações de 23 estados do país. Ao apresentar e refletir sobre o Código, Luciene Tófoli (2008: 9) considera que “o jornalismo só será verdadeiramente ético a partir do momento em que exercer sua prerrogativa de contribuir efetivamente para uma sociedade mais justa, transparente, humana, solidária, fraterna e livre”. Para a autora, “a ética deve estar em cada *frame* e em cada palavra sobre os quais se debruçam os contadores da história cotidiana da humanidade”.

Considerando a responsabilidade social da profissão, o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros normatiza a conduta dos profissionais no sentido de contribuir para o exercício do direito à informação, estabelecido na Constituição Brasileira e na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Destacamos alguns pontos:

Capítulo I. Do direito à informação

Art. 1º O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros tem como base o direito fundamental do cidadão à informação, que abrange o seu direito de informar, de ser informado e de ter acesso à informação.

Art. 2º Como o acesso à informação de relevante interesse público é um direito fundamental, os jornalistas não podem admitir que ele seja impedido por nenhum tipo de interesse (...).

Capítulo II. Da conduta profissional do jornalista

Art. 3º O exercício da profissão de jornalista é uma atividade de natureza social, estando sempre subordinado ao presente Código de Ética. (...)

Art. 6º É dever do jornalista:

I. opor-se ao arbítrio, ao autoritarismo e à opressão, bem como defender os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos;

(...)

XI. defender os direitos do cidadão, contribuindo para a promoção das garantias individuais e coletivas, em especial as das crianças, dos adolescentes, das mulheres, dos idosos, dos negros e das minorias; (...)

XIV. combater a prática de perseguição ou discriminação por motivos sociais, econômicos, políticos, religiosos, de gênero, raciais, de orientação sexual, condição física ou mental, ou de qualquer outra natureza (Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, 2007 apud Tófoli, 2008: 11-13)

Como vimos, ao jornalista, cabe a compreensão da relevância de seu trabalho, pois este profissional acaba por exercer o papel tanto de mediador como de representante do próprio povo. É o resultado do seu trabalho que irá conferir visibilidade ao mundo. Sabemos que a proposta dos meios de comunicação é fornecer relatos de acontecimentos julgados significativos e interessantes, conforme já estudou Nelson Traquina (1993). Porém, também é certo que os jornalistas não são simples observadores indiferentes dos fatos, mas, antes de tudo, colaboradores ativos de um delicado processo de construção da realidade, de forma que “as notícias não podem ser vistas como emergindo naturalmente

dos acontecimentos do mundo real (...). Enquanto o acontecimento cria a notícia, a notícia também cria o acontecimento” (Traquina, 1993: 167).

Uma vez que os meios de comunicação não podem registrar tudo, sendo necessário selecionar, a questão é saber o que chamará a atenção do público, sendo os temas priorizados determinados culturalmente. E as formas de retratação da realidade, principalmente das minorias (da sociedade como um todo) e dos assuntos que lhes dizem respeito, estão diretamente relacionadas à promoção, ou não, da sua cidadania.

No entanto, mesmo diante da importância do jornalismo para a vida em sociedade, a forma como esta atividade vem sendo praticada no Brasil, em geral, tem recebido muitas críticas. Como avaliou Bernardo Kucinski, “nas economias dependentes, o que interessa à oligarquia é o acesso privilegiado ao aparelho de Estado e o poder de corromper, valendo-se da mídia apenas como balizadora genérica do ambiente político e de negócios” (1998: 19). Em outro trabalho em que analisa o jornalismo no Brasil, Kucinski sublinha a falta de ética, apontando, criticamente, a existência de um velho e de um novo jornalismo: “A reportagem típica do velho jornalismo não é necessária no novo; a postura contra-hegemônica e crítica, a irreverência e o desafio às autoridades e ideologias dominantes também eram marca do velho jornalismo, e hoje aparecem apenas ocasionalmente” (Kucinski, 2005: 104).

Certamente, tais críticas (e outras) afetam (além dos profissionais em atividades jornalísticas – haja visto o Código de Ética aprovado em 2007, mencionado acima) docentes dos cursos de jornalismo, que têm buscado discutir e modificar o ensino em sala de aula a fim de colaborar para uma formação cidadã e responsável dos novos profissionais. A educação dos jornalistas desafia a sociedade brasileira há décadas. Por isso, a seguir, destacamos pontos das novas Diretrizes Curriculares para os cursos de Jornalismo, homologadas em setembro de 2013.

Novas Diretrizes Curriculares

No dia 12 de setembro de 2013 foi publicada no Diário Oficial da União a homologação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para os Cursos de Graduação em Jornalismo. Tais DCNs foram elaboradas em 2009, por uma Comissão de Especialistas presidida pelo professor José Marques de Melo e chamada pelo Ministério da Educação do Governo Federal. A Comissão, que realizou audiências públicas e recebeu sugestões pelo portal

do MEC, trabalhou e apresentou as Diretrizes no mesmo ano em que o Supremo Tribunal Federal decretou o fim da obrigatoriedade do diploma de jornalismo para o exercício da profissão (o retorno da obrigatoriedade do diploma é debatido desde então, no Congresso Nacional e a partir de entidades representantes de jornalistas) e também no mesmo ano em que foi realizada a 1ª Conferência Nacional de Comunicação, precedida por Conferências Municipais e Estaduais em todo o país.

Em um momento introdutório das DCNs de Jornalismo, sob o título A Especificidade do Curso de Jornalismo, o documento lembra a importância e a necessidade de se constituir cursos específicos de Jornalismo, conforme aprovado, em abril de 2006, no 9º Encontro do Fórum Nacional dos Professores de Jornalismo. Na ocasião foi encaminhada uma resolução ao MEC recomendando ações nesse sentido. O documento lembra ainda ações mundiais, a partir da Unesco e outros órgãos, destacando a importância do jornalismo e de seu ensino.

Nas Propostas de Diretrizes Curriculares (documento da Comissão de Especialistas), está apontado que o Projeto Pedagógico do curso de graduação em Jornalismo deve observar, entre outros, os seguintes indicativos: ter por objetivo a formação de profissionais dotados de competência teórica, técnica, tecnológica, ética, estética para atuar criticamente na profissão, de modo responsável, contribuindo para o seu aprimoramento; dar ênfase no sentido de projetar a função social da profissão; estar focado teórica e tecnicamente na especificidade do jornalismo, com grande atenção à prática profissional, dentro de padrões internacionalmente reconhecidos, comprometidos com a liberdade de expressão, o direito à informação, a dignidade do seu exercício e o interesse público.

Como competências gerais a serem desenvolvidas, conforme as DCNs, espera-se do jornalista formado:

(...) compreender e valorizar como conquistas históricas da cidadania e indicadores de um estágio avançado de civilização, em processo constante de riscos e aperfeiçoamento: o regime democrático, o pluralismo de ideias e de opiniões, a cultura da paz, os direitos humanos, as liberdades públicas, a justiça social e o desenvolvimento sustentável.

Já entre as competências específicas estão: “Conhecer a construção histórica e os fundamentos da Cidadania; Compreender e valorizar o papel do jornalismo na democracia e no exercício da cidadania”. Também nos Conteúdos Curriculares o documento da Comissão aponta a importância do jornalista formado, no exercício da profissão, trabalhar pelo fortalecimento da democracia, pelo respeito à diversidade, direitos individuais e coletivos (Novas Diretrizes Curriculares para o curso de Jornalismo – Documento da Comissão de especialistas – www.sbpjor.org.br). Como se vê, as DCNs dos Cursos de Jornalismo reforçam a importância do trabalho do e da jornalista em prol dos direitos humanos e do exercício da cidadania para todos e todas, o que também é assinalado pelo Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros e outros documentos. Assim, entendemos como fundamental, para além do ensino da técnica na sala de aula, o debate sobre a pluralidade, a diversidade, o respeito aos direitos humanos e à ética.

A prática em sala de aula: em exercício, a cidadania

Durante os dois semestres de 2012, as autoras deste artigo ministraram conjuntamente a disciplina Técnica de Produção em Jornalismo Impresso, com 16 créditos semanais, no curso de Jornalismo da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora (Facom-UFJF). Esta disciplina também é popularmente chamada pelos alunos e alunas de “Mergulhão de Impresso”, pois são dois meses de estudo e produção voltados exclusivamente para o meio impresso, quando os discentes trabalham pauta, apuração, redação, edição e diagramação especificamente para o veículo. Ao fim das atividades, alunos e alunas têm como resultado do trabalho a produção de 10 jornais murais (Mergulho da Hora) e duas edições do Jornal de Estudo, publicação mensal (conforme o ano letivo, portanto com oito edições no ano), que está no ano 48 em 2013. Também era desenvolvido e debatido um trabalho teórico sobre revistas – o qual não será objeto de reflexão no presente artigo, ainda que parte importante para a discussão geral no dia a dia da disciplina.

Em sala de aula, as preocupações destas docentes sempre estiveram além do esforço em possibilitar aos alunos o domínio das técnicas de apuração, redação e edição. De forma particular, estas autoras sempre se colocaram atentas à aplicação competente das habilidades pedagógicas com vistas a chamar a atenção dos estudantes para o Jornalismo enquanto meio

de prestação de serviço público, do qual se valem os cidadãos para tomar decisões conscientes e responsáveis.

A rotina era estabelecida da seguinte forma: a professora Aline Maia tinha 12 horas aula com os alunos, estando em sala de segunda a quarta, de 18h às 22h; a professora Cláudia Lahni tinha 4 horas aula, cuidando das atividades realizadas nas quintas-feiras, também de 18h às 22h. Às terças e quintas, os alunos concentravam seus esforços na produção dos jornais murais, que poderiam ser temáticos ou não, em geral abordando temas factuais relacionados à cidade e à universidade. Para esta produção, as pautas eram distribuídas antecipadamente, pelo pauteiro ou pauteira do dia. Os demais estudantes eram divididos nas funções de repórter e editor. A proposta do mural, intitulado Mergulho da Hora, era oferecer aos alunos o exercício da dinâmica do jornalismo diário, com apuração, redação, edição e publicação no mesmo dia, com o compromisso de produzir com qualidade, mesmo com *deadline* curto. Já nas segundas e quartas-feiras, os alunos, orientados pela professora, concentravam-se na produção do Jornal de Estudo, divididos em grupos entre as editorias⁵: Capa, Opinião (1 página), Campus (3), Cidade (2), Entrevista (1), Especial (2), Esporte (2), Arte e Lazer (2), Comportamento (1), Ensaio Fotográfico (1).

Em todas as atividades com os discentes, buscamos transformar a produção laboratorial em espaço privilegiado de reflexão e debate sobre temas que, muitas vezes, não ganham espaço na chamada grande imprensa. Ou, se ganham, são tratados de forma estigmatizada e parcial. Assim, estimulamos, em sala, a ponderação sobre os riscos da superficialidade e da descontextualização, propondo a reflexão crítica desde a discussão da angulação das pautas à diagramação dos textos e imagens nas páginas. Desta forma, visávamos estimular nos alunos e alunas o desenvolvimento de competências destacadas nas novas DCNs, como a compreensão e valorização da cidadania, do pluralismo de ideias e opiniões, além da identificação do interesse público entre temas da atualidade, cultivando a curiosidade sobre os mais diversos assuntos.

Neste contexto, foi produzida, por exemplo, uma reportagem para a editoria Especial do Jornal de Estudo, número 227, sobre pichação e *graffiti*. Para além de tratar o assunto como “caso de polícia”, os autores da matéria⁶ buscaram outras vozes, como a de grafiteiros e pesquisadores urbanistas que conferiram ao tema o tratamento de expressão e ocupação urbana. A matéria, de duas páginas, motivou os alunos autores a participarem da mostra de trabalhos de graduação do Intercom Sudeste 2013 (Expocom), onde apresentaram o

artigo “‘Graffiti’ e ‘Pixação’ nas páginas do Jornal de Estudo: a construção de uma reportagem na contramão da imprensa local”⁷. No artigo apresentado na mostra estudantil, é interessante perceber a incorporação, por parte dos discentes, das preocupações com a responsabilidade social do jornalista; pensamento evidenciado em vários trechos do texto. Também observamos o amadurecimento dos alunos na capacidade de relacionar a cidade e a universidade onde estão inseridos, através da promoção do debate público, como indicam no trecho:

Tendo como objetivo principal o estabelecimento do debate por um viés diferenciado, o objetivo da reportagem é constituir lugar de discussão, além de informar. Segundo Noblat (2008), o jornalista usa suas dúvidas para buscar dados e informar seu público, tanto transmitindo algo como dando instruções e educando, ajudando a formar um pensamento sobre o tema. Ou seja, neste caso buscamos informar a comunidade acadêmica principalmente (dada a circulação do Jornal de Estudos mais concentrada no campus da UFJF) sobre uma temática que envolve os estudantes e professores no ambiente externo aos muros da Instituição. Estando todos os moradores afetados por estas modalidades de ocupação do espaço urbano, nossa intenção é iniciar uma discussão que possa se espalhar.

Assim, a proposta desta reportagem tem caráter informativo, mas, sobretudo, de preocupação com a colocação do debate público em torno da pixação e do graffiti. Buscamos chamar a atenção e causar impacto na Universidade sobre a questão dessas manifestações, que se espalham pela cidade, da qual a Universidade não pode nem deve se distanciar (Queiroz et al., 2013: 2).

Assim, aliando o ensino de jornalismo ao debate sobre cidadania, estas autoras utilizaram da prática em uma disciplina de produção laboratorial para trabalhar com alunos e alunas a necessidade de produzir jornal de uma forma diferenciada, crítica, plural e atenta à responsabilidade social inerente ao jornalismo na atualidade. Esta postura teve como motivação a formação de profissionais comprometidos com o bem social. A prática laboratorial na disciplina Técnica de Produção em Jornalismo Impresso também foi norteadada pela necessidade de estimular outras habilidades nos graduandos, como

a capacidade de pesquisar, selecionar e analisar informações em qualquer campo de conhecimento, e de trabalhar em equipe, interagindo com pessoas e grupos sociais de formações e culturas diversas.

Como outro exemplo da realização de nossos objetivos de ensino na disciplina, durante a elaboração de um jornal mural apenas com artigos, ao apresentar seu texto opinativo para correção da docente, um aluno perguntou: “professora, eu não estou sendo machista não, né? Porque não quero isso de forma nenhuma”. Presente a partir de um artigo sobre discriminação no trabalho, entendemos que a indagação reflete uma inquietude e desejo de acertar no sentido de contribuir para a informação, a igualdade e a cidadania.

Considerações finais

Ao trabalhar a produção de jornais laboratórios com alunos do sétimo período do curso de Jornalismo na Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora, estas docentes buscaram evidenciar a importância da cidadania, do discurso plural e da diversidade na produção de conteúdos. E mais: objetivaram trabalhar para a formação de um profissional que tenha consciência de seu papel como agente de cidadania.

Tais encaminhamentos são apontados por entidades representativas de professores/as, pesquisadoras/es e jornalistas, expressos em seus documentos e códigos e vão ao encontro do que se espera de governos, como se apresenta nas novas Diretrizes Curriculares Nacionais de Jornalismo e em outras leis do Brasil e tratados internacionais. Com nossas reflexões, esperamos contribuir para o debate sobre o ensino de jornalismo, com vistas a uma formação integral, ética e que colabore na prática com a construção de uma sociedade igualitária.

Notas

1. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Jornalismo e Cidadania, do 6º Fórum Regional RJ-ES de Professores de Jornalismo, realizado em agosto de 2013 na FACHA, Rio de Janeiro/RJ.
2. Esclarecemos que o período letivo 2012.2 estendeu-se até o início de 2013, em função da greve nas universidades públicas de todo o país, em 2012.
3. Uma das autoras deste artigo participou do referido Seminário e apresentou suas reflexões para o debate (Lahni, 2000).
4. Direito à Comunicação, ver a Revista Eptic Online, volume 15, número 3, 2013, Dossiê Temático Direito à Comunicação e Diversidade (www.revistaepitic.ufs.br – acesso em 29 de setembro de 2013).

5. É importante destacar que o Jornal de Estudo era uma publicação das turmas de Técnica de Produção em Jornalismo Impresso dos cursos diurno e noturno. Assim, como cada turma de Mergulhão produz dois jornais (pois, a disciplina tem duração de 2 meses), as editorias são divididas entre as turmas da manhã e da noite. Em uma edição, a turma da noite é responsável por determinado grupo de editorias (Ex.: Capa, Opinião, Cidade, Especial, Arte e Lazer) e a turma da manhã por outro (Campus, Esporte, Entrevista, Comportamento e Ensaio Fotográfico). No mês seguinte, as turmas trocam o grupo de editorias, de forma que todos os alunos têm a oportunidade de atuar nas diferentes seções.
6. Caio Cardoso de Queiroz, Ana Lúcia Pitta, Gisele Rocha, Júnio Nogueira, alunos graduandos na Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora em 2012.
7. Trabalho submetido ao XII Prêmio Expocom 2013, na categoria Jornalismo, modalidade: JO 08 Reportagem em Jornalismo Impresso (avulso).

Referências bibliográficas

- BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2001 (atualizada até a Emenda Constitucional nº 31, de 14 de dezembro de 2000).
- DALLARI, Dalmo de Abreu. *Direitos humanos e cidadania*. São Paulo: Moderna, 1998.
- GENTILLI, Victor. *Democracia de massas: cidadania e informação*. Dissertação apresentada à ECA-USP – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo: 1995.
- KUCINSKI, Bernardo. *A síndrome da antena parabólica*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1998.
- _____. *Jornalismo na era virtual: ensaios sobre o colapso da razão crítica*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, Unesp, 2005.
- LAHNI, Cláudia. Por uma formação do comunicador integral. Teoria e prática em jornal laboratório e comunicação comunitária. In: *Lumina*. V.7, n.1-2, jan-dez, 2004. p. 117-132
- _____. A experiência de Jornal Laboratório em Rádio na PUC-Campinas: produções periódicas e diferenciadas. In: Revista de Estudos de Jornalismo. Campinas: IACT (Instituto de Artes, Comunicações e Turismo), PUC-Campinas, n. 1, v. 3, janeiro/junho de 2000. p. 78-92.
- MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. *O que é cidadania*. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- TÓFOLI, Luciene. *Ética no jornalismo*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Veja, 1993. Coleção Comunicação & Linguagens.

Sites

www.fenaj.org.br – acesso em 29 de setembro de 2013.

www.fnnpj.org.br – acesso em 29 de setembro de 2013.

www.intercom.org.br – acesso em 26 de setembro de 2013.

www.revistaepctic.ufs.br – acesso em 29 de setembro de 2013.

www.sbpjor.org.br – acesso em 29 de setembro de 2013.

Resumo

Neste artigo, refletimos sobre o ensino de jornalismo e a cidadania, tomando como objeto de reflexão a experiência das autoras no curso de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora, onde ministraram juntas, por dois semestres (2012.1 e 2012.2), a disciplina Técnica de Produção em Jornalismo Impresso, que tem como resultado a produção laboratorial de jornal impresso e jornal mural. O objetivo desta reflexão é contribuir para o debate a respeito da formação do profissional de jornalismo, considerando a cidadania e a responsabilidade social como as norteadoras da atividade jornalística e tratando a informação como uma necessidade e direito social. Neste intuito, também abordamos as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Jornalismo, cuja homologação foi publicada no Diário Oficial da União em 12 de setembro de 2013.

Palavras-chave

Jornalismo; Ensino de Jornalismo; Cidadania; Direito à Informação; Responsabilidade Social.

Abstract

In this article, we reflect on journalism education and citizenship, taking as an object of reflection on the experience of the authors in Communication Course at the Federal University of Juiz de Fora, where ministered together for two semesters (2012.1 and 2012.2), discipline Technique Production in Print Journalism, which results in the laboratory production of printed newspaper and wall paper. The aim of this study is to contribute to the debate about the formation of professional journalism, considering citizenship and social responsibility as the guiding journalistic activity and treating information as a social need and right. With this in mind, also approached the new National Curriculum Guidelines for Journalism courses, whose approval was published in the Official Gazette on September 12, 2013.

Keywords

Journalism; Journalism Education; Citizenship; Right to Information; Social Responsibility.